

Edição nº 05/16

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
Secretaria das Sessões  
Serviço de Jurisprudência

# Boletim informativo

## Decisões TCDF

*O texto apresentado neste informativo constitui-se em um extrato produzido pelo Serviço de Jurisprudência sobre o posicionamento do TCDF em matérias abordadas por ocasião do julgamento do processo e que conduziu à decisão referenciada, mas não representa o texto da decisão, não sendo, portanto, repositório oficial. Para conhecimento mais aprofundado da matéria, acesse o inteiro teor da decisão, das peças processuais e de outras normas citadas, utilizando os links disponibilizados neste informativo.*

**Sessões dos dias 23 e 25 de fevereiro de 2016.**

**ERRATA:** No [Boletim Decisões TCDF nº 04/15, 1. LICITAÇÃO, item 1.1.2, Decisão nº 404/2015](#) constou que o Tribunal aplicou exceção às empresas públicas e sociedades de economia mista mantidas com recursos próprios, relativamente à contratação de bens e serviços de tecnologia da informação. Essa matéria, em verdade, não foi apreciada pelo Colegiado. Deve ser considerado o seguinte dispositivo:

2. A assinatura de contratos que envolvam bens e serviços de tecnologia da informação está condicionada à demonstração da adequação da contratação desejada ao planejamento institucional do órgão, mediante a confecção dos artefatos previstos no art. 10, incisos I a IV, da [IN 4/2010 – SLTI/MPOG](#).

Confiram-se as Decisões nºs [1047/2014](#), [541/2014](#) e [4472/2012](#).

## Sumário

### LICITAÇÃO

LICITAÇÃO. EXIGÊNCIA DE LAUDO TÉCNICO ACREDITADO NO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA – INMETRO OU HABILITADO NA REDE BRASILEIRA DE LABORATÓRIOS ANALÍTICOS EM SAÚDE – REBLAS. RESTRIÇÃO À COMPETITIVIDADE. LICITAÇÃO DE ITEM REGISTRADO EM ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. PREFERÊNCIA AO FORNECEDOR REGISTRADO.

LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. SERVIÇO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E LÓGICAS. SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA DE BAIXA COMPLEXIDADE. AUSÊNCIA DE PROJETO BÁSICO. DETALHAMENTO DO SERVIÇO POR MEIO DE ORDEM DE SERVIÇO.

### PESSOAL

PESSOAL. ACUMULAÇÃO DE APOSENTADORIAS. RETORNO DE SERVIDOR APOSENTADO AO SERVIÇO PÚBLICO. EXERCÍCIO DE CARGOS INACUMULÁVEIS ANTERIORMENTE À VIGÊNCIA DA EMENDA CONSTITUCIONAL 20/1998. NOVA APOSENTADORIA. ACUMULAÇÃO DE PROVENTOS. DIREITO ADQUIRIDO. ACUMULAÇÃO DE PENSÕES CIVIS.

PESSOAL. AUXÍLIO-CRECHE E PRÉ-ESCOLA. COMPROVANTE DE MATRÍCULA. DEPENDENTE ASSISTIDO EM CRECHE OU PRÉ-ESCOLA PÚBLICA. CARÁTER INDENIZATÓRIO DO BENEFÍCIO.

PESSOAL. ACUMULAÇÃO DE DOIS CARGOS DE PROFESSOR EM ESTADOS DIFERENTES. SERVIDOR LICENCIADO EM UM DOS CARGOS PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES. COMPROVAÇÃO ANUAL DA COMPATIBILIDADE DE HORÁRIOS.

**CONTAS**

TOMADA DE CONTAS ANUAL – TCA. DECISÃO DEFINITIVA NAS CONTAS ORDINÁRIAS. IRREGULARIDADE APURADA EM PROCESSO AUTÔNOMO. RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. APLICAÇÃO DE SANÇÕES. PRINCÍPIOS DA RACIONALIDADE ADMINISTRATIVA, ECONOMIA E CELERIDADE PROCESSUAL.

TOMADA DE CONTAS ANUAL – TCA. POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL. ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. AQUISIÇÃO DE VIATURAS. AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO. RESSALVA ÀS CONTAS ANUAIS.

TOMADA DE CONTAS ANUAL – TCA. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA. DEVER DE FISCALIZAÇÃO PELA AUTORIDADE DELEGANTE. CULPA *IN ELIGENDO*. CULPA *IN VIGILANDO*.

**PROCESSUAL. COMPETÊNCIA DO TCDF.**

PROCESSUAL. COMPETÊNCIA DO TCDF. EXECUÇÃO IRREGULAR DE CONVÊNIO. CONTRAPARTIDA FINANCEIRA DISTRITAL. FISCALIZAÇÃO.

PROCESSUAL. CONSULTA. REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE. LEGITIMIDADE DA CONSULENTE. PERTINÊNCIA TEMÁTICA. PARECER TÉCNICO-JURÍDICO.

PROCESSUAL. JULGAMENTO DE CONTAS ANUAIS. SUPERVENIÊNCIA DE FATO NOVO. REABERTURA DE PROCESSO DE CONTAS ANUAIS. REFLEXO NAS CONTAS ANUAIS.

# LICITAÇÃO

## 1. [DECISÃO Nº 608/2016](#). PROCESSO Nº 15938/2015-e.

LICITAÇÃO. EXIGÊNCIA DE LAUDO TÉCNICO ACREDITADO NO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA – INMETRO OU HABILITADO NA REDE BRASILEIRA DE LABORATÓRIOS ANALÍTICOS EM SAÚDE – REBLAS. RESTRIÇÃO À COMPETITIVIDADE. LICITAÇÃO DE ITEM REGISTRADO EM ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. PREFERÊNCIA AO FORNECEDOR REGISTRADO.

1. A exigência de laudo técnico que assegure a qualidade do objeto licitado, por restringir a competitividade do certame, deve limitar-se à empresa vencedora, desde que devidamente justificada no processo administrativo.

*Precedente TCU:* [Acórdão nº 1.677/2014-P](#).

2. Admite-se a realização de licitação de item contemplado em Ata de Registro de Preços vigente, desde que assegurada preferência ao fornecedor registrado, em igualdade de condições. (Art. 17 do [Decreto distrital nº 34.509/2013](#)).

Decisão por unanimidade.

## 2. [DECISÃO Nº 526/2016](#). PROCESSO Nº 22225/2015-e.

LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. SERVIÇO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E LÓGICAS. SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA DE BAIXA COMPLEXIDADE. AUSÊNCIA DE PROJETO BÁSICO. DETALHAMENTO DO SERVIÇO POR MEIO DE ORDEM DE SERVIÇO.

1. O uso do pregão nas contratações de serviços comuns de engenharia encontra amparo na [Lei nº 10.520/2002](#), desde que a caracterização do serviço seja justificada tecnicamente pelo gestor público, de maneira que não haja prejuízos à Administração quanto à qualidade do serviço contratado.

*Precedentes TCDF:* Decisões nºs [5123/2014](#) e [2642/2014](#).

2. 'A documentação relativa a cadernos técnicos de especificações e detalhamentos, bem como as planilhas orçamentárias suprem a necessidade de elaboração de projeto básico para a realização de serviços de engenharia de baixa complexidade, corriqueiros e de especificações comuns, cujas características são possíveis de serem descritas na Ordem de Serviço que dará suporte à execução do trabalho'.

Decisão por unanimidade.

[voltar sumário](#)

## PESSOAL

### 1. [DECISÃO Nº 600/2016](#). PROCESSO Nº 13790/2015-e.

PESSOAL. ACUMULAÇÃO DE APOSENTADORIAS. RETORNO DE SERVIDOR APOSENTADO AO SERVIÇO PÚBLICO. EXERCÍCIO DE CARGOS INACUMULÁVEIS ANTERIORMENTE À VIGÊNCIA DA EMENDA CONSTITUCIONAL 20/1998. NOVA APOSENTADORIA. ACUMULAÇÃO DE PROVENTOS. DIREITO ADQUIRIDO. ACUMULAÇÃO DE PENSÕES CIVIS.

1. Admite-se a acumulação de proventos decorrentes do exercício de cargos inacumuláveis, se o servidor já aposentado tiver retornado ao serviço público e se aposentado, ou cumprido os requisitos para a segunda aposentadoria, em data anterior à publicação da [EC nº 20/1998](#).

*Precedente STF:* [MS 32.833/2014](#) (Decisão monocrática), [RE 635.011/2012](#) e [RE 593.027/2010](#).

2. Admite-se o direito à dupla pensão se, à época do óbito, o falecido reunia os requisitos para a acumulação dos proventos.

*Precedente TCDF (itens 1 e 2):* [Decisão nº 2034/2015](#).

Decisão por unanimidade.

### 2. [DECISÃO Nº 599/2016](#). PROCESSO Nº 2116/2015.

PESSOAL. AUXÍLIO-CRECHE E PRÉ-ESCOLA. COMPROVANTE DE MATRÍCULA. DEPENDENTE ASSISTIDO EM CRECHE OU PRÉ-ESCOLA PÚBLICA. CARÁTER INDENIZATÓRIO DO BENEFÍCIO. Para recebimento da vantagem auxílio-creche, considerando seu caráter indenizatório conferido pela [LC nº 840/2011](#), deve o beneficiário apresentar comprovante de matrícula do dependente em creche/pré-escola não mantida pelo Poder Público.

*Precedente TCDF:* [Decisão nº 3858/2002](#).

Decisão por unanimidade.

### 3. [DECISÃO Nº 597/2016](#). PROCESSO Nº 26293/2014-e.

PESSOAL. ACUMULAÇÃO DE DOIS CARGOS DE PROFESSOR EM ESTADOS DIFERENTES. SERVIDOR LICENCIADO EM UM DOS CARGOS PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES. COMPROVAÇÃO ANUAL DA COMPATIBILIDADE DE HORÁRIOS.

1. É lícita a acumulação de dois cargos de professor em estados distintos, quando em um deles o servidor estiver licenciado para tratar de interesses particulares, visto que, enquanto durar a licença, não haverá ofensa à compatibilidade de horários.

*Precedente TCDF:* [Decisão nº 5498/2015](#). Vide [Decisão Normativa nº 1/2003](#).

2. O servidor que acumule lícitamente cargos públicos fica obrigado a comprovar, anualmente, a compatibilidade de horários, nos termos do art. 46, § 3º, da [Lei Complementar nº 840/2011](#).

*Precedentes TCDF:* Decisões nºs [479/2015](#), [5073/2014](#), [1581/2014](#), [462/2014](#), [4392/2013](#).

Decisão por unanimidade.

[voltar sumário](#)

# CONTAS

## 1. [DECISÃO Nº 562/2016](#). PROCESSO Nº 12048/2012.

TOMADA DE CONTAS ANUAL – TCA. DECISÃO DEFINITIVA NAS CONTAS ORDINÁRIAS. IRREGULARIDADE APURADA EM PROCESSO AUTÔNOMO. RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. APLICAÇÃO DE SANÇÕES. PRINCÍPIOS DA RACIONALIDADE ADMINISTRATIVA, ECONOMIA E CELERIDADE PROCESSUAL.

1. ‘Decisão definitiva em processo de tomada ou prestação de contas de determinado exercício não constitui fato impeditivo à proposição de ação de ressarcimento ao erário ou à aplicação de sanções decorrentes de apuração em processos autônomos’.

2. No caso o item 1 retro, “Quanto às sanções – multa, inabilitação para exercício de cargo em comissão no âmbito do Distrito Federal e outras decorrentes do julgamento irregular das contas – também não haveria óbice, desde que a irregularidade ensejadora da sanção não tenha sido fulminada pela prescrição e nem examinada de forma expressa e conclusiva no âmbito do processo de contas, resguardada, ainda, a competência do Parquet em interpor Recurso de Revisão”.

*Precedentes:* **TCDF:** [Decisão nº 5487/2005](#); **TCU:** [Acórdão nº 3024/2013-P](#).

Decisão por unanimidade.

## 2. [DECISÃO Nº 533/2016](#). PROCESSO Nº 19861/2013.

TOMADA DE CONTAS ANUAL – TCA. POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL. ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. AQUISIÇÃO DE VIATURAS. AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO. RESSALVA ÀS CONTAS ANUAIS.

A ausência de motivação formal na escolha do bem a ser licitado, desde que não caracterizado prejuízo ao erário, implica em ressalvas às contas anuais.

Decisão por unanimidade.

## 3. [DECISÃO Nº 531/2016](#). PROCESSO Nº 24860/2012.

TOMADA DE CONTAS ANUAL – TCA. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA. DEVER DE FISCALIZAÇÃO PELA AUTORIDADE DELEGANTE. CULPA *IN ELIGENDO*. CULPA *IN VIGILANDO*.

‘Cabe à autoridade delegante a fiscalização dos atos praticados pelo agente delegado’.

*Precedentes:* **TCDF:** Decisões nºs [197/2016](#), [1723/2015](#) e [1290/2015](#); **TCU:** Acórdãos nºs [1421/2013-II](#), [476/2008-P](#), [1432/2006-P](#), [1247/2006-I](#), dentre outros.

Decisão por unanimidade.

[voltar sumário](#)

## PROCESSUAL. COMPETÊNCIA DO TCDF.

### 1. [DECISÃO Nº 544/2016](#). PROCESSO Nº 36937/2011.

PROCESSUAL. COMPETÊNCIA DO TCDF. EXECUÇÃO IRREGULAR DE CONVÊNIO. CONTRAPARTIDA FINANCEIRA DISTRITAL. FISCALIZAÇÃO.

O Tribunal de Contas do Distrito Federal tem competência para fiscalizar a aplicação de contrapartida financeira do DF em convênios celebrados entre as administrações públicas distrital e federal.

Decisão por unanimidade.

### 2. [DECISÃO Nº 539/2016](#). PROCESSO Nº 38024/2015-e.

PROCESSUAL. CONSULTA. REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE. LEGITIMIDADE DA CONSULENTE. PERTINÊNCIA TEMÁTICA. PARECER TÉCNICO-JURÍDICO.

1. A ausência de pertinência temática entre as atribuições da consulente e a aplicação da norma sobre a qual recai a dúvida impede o conhecimento de consulta pelo Tribunal de Contas, por ausência de legitimidade.

*Precedentes TCDF: Decisões nºs [5774/2015](#) e [5690/2015](#).*

2. As consultas formuladas ao Tribunal deverão estar acompanhadas de parecer técnico-jurídico da Administração, que emita opinião acerca do mérito da matéria a ser discutida.

*Precedentes TCDF: Decisões nºs [5774/2015](#), [5690/2015](#) e [6147/2014](#).*

Decisão por unanimidade.

### 3. [DECISÃO Nº 533/2016](#). PROCESSO Nº 19861/2013.

PROCESSUAL. JULGAMENTO DE CONTAS ANUAIS. SUPERVENIÊNCIA DE FATO NOVO. REABERTURA DE PROCESSO DE CONTAS ANUAIS. REFLEXO NAS CONTAS ANUAIS.

‘Após concluir o julgamento de contas anuais, o Tribunal não fica impedido de, diante de novos fatos, reavaliar possíveis reflexos nas contas advindos de irregularidades significativamente graves a ponto de imputar responsabilidades aos gestores’.

Decisão por unanimidade.

[voltar sumário](#)